



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16111 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

AS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS E O ALINHAMENTO ÉTICO ENTRE ORGANISMOS MULTILATERAIS, ENTIDADES EMPRESARIAIS E ESTADO

Edgard Batista de Moraes - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

AS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS E O ALINHAMENTO ÉTICO ENTRE ORGANISMOS MULTILATERAIS, ENTIDADES EMPRESARIAIS E ESTADO

1 INTRODUÇÃO

Trata-se de uma pesquisa em andamento que objetiva demonstrar o alinhamento ético entre organismos multilaterais, organizações não governamentais e Estado. O trabalho analisa a aproximação ideológica e ética entre discursos sobre as competências e habilidades socioemocionais disseminados pelos representantes empresariais envolvidos diretamente com as políticas educacionais nos últimos anos - organismos multilaterais e organizações não-governamentais - e os textos legais, especificamente os da Reforma do ensino médio e da Base Comum Curricular (BNCC).

As competências e habilidades socioemocionais nos documentos do Banco Mundial têm definição imprecisa ao mesmo tempo que revelam um lugar ideológico comum. A imprecisão terminológica e de conteúdo revela a fragilidade conceitual. Ainda que tal condição demonstre a dificuldade de sustentação científica, parece justamente na fragilidade que se assenta a sua força ideológica. Não é portanto na sua definição, mas no modelo de sociedade e de indivíduo sobre o qual se encontram as competências e habilidades socioemocionais que deve-se situar a crítica.

2 DESENVOLVIMENTO

O modelo de sociedade pautada no mercado dá o tom das iniciativas dos representantes empresariais - de âmbito nacional e internacional - e suas investidas em políticas públicas e ações sociais para formação de visão de mundo. As competências e habilidades socioemocionais podem ser definidas como um conjunto de características individuais imersas *no e para o* corpo social que vise a um modelo de comportamento para uma determinada sociedade. O *social* impresso no termo “socioemocional” respeita a um tipo específico de sociedade. A preocupação do mercado com tais competências e habilidades corresponde ao controle social a partir do ajustamento das emoções. Refere-se ao direcionamento da conduta e das formas de ação dos indivíduos no âmbito coletivo.

As relações entre as competências e habilidades socioeconômicas e a ética dizem respeito à noção elementar de ética e moral. Ambas denotam dimensões da vida humana concernentes ao *dever-ser*, ao agir, às formas adequadas de conduta para a manutenção ou alteração de uma dada sociedade vista como ideal, a partir de princípios, valores e reflexões sobre as ações dos indivíduos. As competências e habilidades socioemocionais são formuladas com referência à economia e à psicologia, e o tratamento dado pelos discursos empresariais na educação tomam a forma de *behaviorismo* (GARRISON, 2019).

Puerta, Valerio e Bernal (2016), representantes do Banco Mundial, apresentam as definições com as quais partidários das habilidades e competências socioemocionais se utilizam para, entre várias intenções, defender alterações estruturais e curriculares nas políticas educacionais de países de capitalismo periférico. *Habilidades de caráter, competências e habilidades do século XXI, habilidades interpessoais e habilidades não-cognitivas* são algumas das variações complementares dessa abordagem presentes em trabalhos divulgados por essa organização empresarial.

As mais afinadas ao domínio da ética são as *habilidades de caráter*. A essas habilidades se estende outras, como “perseverança”, “confiança”, “resiliência”. *Habilidades interpessoais* é um termo “normalmente encontrado na literatura de negócios e gestão” e diz respeito à forma harmoniosa como os indivíduos devem se relacionar. *Habilidades não-cognitivas*, “expressão usada principalmente por economistas” (PUERTA; VALERIO; BERNAL, 2016, p.17), são as mais genéricas dentre todas as habilidades empregadas pelos documentos e discursos empresariais. Demonstam a simples e direta atenção do mercado ao

perfil ético e psicológico do trabalhador. As *competências e habilidades do século XXI* dizem respeito a valores de adequação à dinâmica social e do mundo do trabalho, essenciais para o “sucesso” pessoal. Resumem-se a competências de “inovação”, informação, comunicação, tecnológica e de carreira. No enfoque dado aos *traços de personalidade*, transparece a ética empresarial, porque dizem respeito à subjetividade ajustada ao dinamismo econômico-social. Para o mercado, a empresa é um laboratório permanente de perfis de sujeitos adequados à sociedade capitalista.

A preocupação do mercado com um tipo de capital humano típico do século XX, a respeito do domínio de determinadas capacidades técnicas para a empregabilidade de parte da classe trabalhadora, amplia-se e passa a requerer características psicológicas e éticas específicas ao sujeito do século XXI. O capital humano de um indivíduo se refere muito mais à capacidade de suportar e se adaptar às imprevisibilidades do mercado do que dominar certas capacidades técnicas. Essas habilidades se entrecruzam devido à sua fragilidade conceitual e força ideológica. Todas são reivindicadas para formar um tipo de sujeito e sociedade adaptável, maleável, ajustados às imprevisibilidades do mercado. Traços de caráter mesclados a capacidades técnicas são vazios de conteúdo. A educação pautada em tais habilidades exclui a necessidade de formação a respeito da realidade histórica, econômica e social a qual está inserido o indivíduo. Importa a adequação a determinado tipo de conduta individual e social.

A ética inserida nos discursos pseudocientíficos forma um conjunto de valores ideológicos em conformidade com a necessidade de aceitação das novas relações trabalhistas, para as novas formas de trabalho ou ocupação. O modelo de sujeito fabricado no laboratório da empresa participa da mesma relação entre mercado e Estado, ou seja, sujeito e Estado têm como modelo a empresa e as suas particularidades. Na ideologia, as particularidades se dissolvem e se apresentam como forma universal de comportamento, de vida e de sociedade.

As transformações “inevitáveis” da sociedade do século XXI pela maquinaria são frequentemente requisitadas para justificar as competências. As inovações tecnológicas, no entanto, que alteram as formas de trabalho e de gestão junto às tecnologias de informação, promovem a manipulação social e indução do consumo via virtualização das relações com as coisas e entre pessoas, e determinam fortemente a formação da subjetividade. Na escola, “Elas também constituem as medições das práticas formativas e de controle do trabalho, criando a base material de uma nova hegemonia do capital na produção social, na qual se configura uma das dimensões da captura da subjetividade pelo trabalho.” (MAGIOLINO; SILVA, 2022, p.739). Algumas características do trabalho que implicam na formação da nova subjetividade são identificadas em mecanismos de organização empresariais, que extrapolam

o interior das práticas trabalhistas: novas formas de contrato e tipos de jornada, células produtivas e trabalhador polivalente e multifuncional. Tais mecanismos, na sua perversidade, formam o imaginário que dá aceitação ideológica ao modo de vida trabalhista degradante.

A empresa é o exemplo de organização social. Os comportamentos requeridos no interior das suas relações tornam-se parâmetros no âmbito social. Não é gratuito, fortuito ou fruto do acaso o direcionamento das forças movidas pelo empresariado ao convencimento e ao consentimento político e social em torno do aprendizado fundamentado no desenvolvimento socioemocional.

Devemos entender a proposta e a realização dessas iniciativas. Como a ênfase nas habilidades socioemocionais se efetiva por decisão política? Reduz-se a jornada das disciplinas tradicionais e impõe-se os novos componentes curriculares e práticas destinadas ao desenvolvimento socioemocional, como os itinerários formativos, a educação financeira, o empreendedorismo e o projeto de vida. Assim, o modo de ser preconizado pelo mercado, presente em todas as dimensões da vida, realiza o rebaixamento da potencialidade humana. O sujeito não reconhece a própria humanidade. A figura do empreendedor de si afasta o sujeito da autonomia necessária para a participação política e transformação social. Consiste na potencialidade humana convertida em coisa, que Magiolino e Silva (2022, p.747) denominam de “perversão pelo avesso”. E mais do que isso, o discurso sobre habilidades e competências separa o cognitivo do afetivo.

Nessa perspectiva, insere-se a escola do século XXI - a instituição responsável por adaptar crianças e jovens ao modelo de sociedade empresarial. Significa priorizar desenvolvimento socioemocional para individualização: autoconhecimento, autogestão, autocontrole, empresa de si etc, em detrimento do desenvolvimento integral. Trata-se de um processo educacional para o distanciamento da compreensão da realidade, pelo afastamento do acesso aos conteúdos historicamente construídos e formadores da realidade social, econômica e cultural do estudante.

Os principais atores envolvidos na disposição de uma escola nesses moldes são as organizações internacionais, as entidades empresariais e o próprio Estado. As forças políticas dos organismos internacionais são ideológicas e econômicas. No campo econômico, exercem força de imposição de políticas e aberturas econômicas, liberalização do comércio etc. Ideologicamente, formam as elites dominantes e, assim, os representantes políticos. Os representantes ideológicos com interesses privados na educação coordenam um movimento de consenso social.

Um dos mais importantes representantes empresariais em lobbies para políticas sociais é o Instituto Ayrton Senna, parceiro de muitas prefeituras e Estados em políticas sociais pelo país, que efetivou parceria com o Ministério da Educação durante o governo Bolsonaro. Segundo a própria instituição, em 2023 passou a contar “com o apoio de mais de 30 empresas parceiras”. Essa instituição apoia e “investe” na defesa do ensino integral e desenvolvimento socioemocional. Um caso paradigmático do lugar que o Instituto Ayrton Senna alcançou no consenso social foi a sua participação (junto à Boeing) como avaliador do programa “Prêmio Inspiração 2020”, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que pretendia “destacar professores que cri[ass]em boas práticas para o desenvolvimento socioemocional de estudantes da rede estadual de São Paulo” (SEDUC/SP, 2020b).

As propostas do Banco Mundial e de entidades empresariais como o Instituto Ayrton Senna desembocaram nas mudanças da educação básica, como os casos da Reforma do ensino médio e da BNCC. A nova estrutura do ensino médio

adota a flexibilidade como princípio de organização curricular, o que permite a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente às especificidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes, estimulando o exercício do protagonismo juvenil e fortalecendo o desenvolvimento de seus projetos de vida. (BNCC, p.468).

A BNCC, documento norteador dos currículos federais, estaduais e municipais, apresenta dez competências gerais. Tais competências são, por exemplo, “reiteradas no Currículo Paulista” (SEDUC/SP, 2020) e validadas pelo Instituto Ayrton Senna.

Na BNCC, a sexta competência insere o projeto de vida de modo convergente à educação cultural e social para a capacidade de fazer escolhas para o mundo do trabalho e para o projeto de vida pessoal: ética, trabalho e projeto de vida. A relação entre valores e demandas subjetivas impostas pelo mercado se explicitam na habilidade EM13CHS501, da quinta competência, que eleva o empreendedorismo à condição de caráter do sujeito ético:

Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade. (BRASIL, 2018, p.577).

A identificação ideológica entre organismos multilaterais, entidades empresariais e Estado fica clara. Uma só identidade entre empresa, Estado e sujeito é o projeto de sociedade de mercado. Para uma sociedade com futuro incerto e imprevisível, currículos flexíveis com itinerários formativos, “adaptativos”. O currículo, a exemplo do Estado e do indivíduo, ajusta-se ao mercado.

As políticas em educação definidas pelo mercado se fortalecem na medida em que

passam por um processo de consenso social, formado concomitantemente à absorção ideológica sobre o imaginário da empresa privada como modelo de vida ideal. Concretamente, constrói-se um consenso para a imersão sem resistência do mercado no Estado. A construção do consenso ocorre “por meio da mobilização de recursos materiais, produção de conhecimento, poder de mídia e redes formais e informais, convencer funcionários públicos suficientes a liderar uma iniciativa de política pública.” (TARLAU; MOELLER, 2020, p.581). O consenso se transforma em senso comum, uma forma manifesta da ideologia que convence parte de todos os setores sociais a encontrar no empresariado o paradigma para a elaboração e consecução das políticas públicas em educação. O senso comum e a ideologia toma força com a marginalização da crítica e o recrutamento de amplos setores sociais. Não se trata de intervenção política direta. As fundações fornecem, estimulam e convencem sobre as saídas técnicas para questões políticas para não aparentar medidas antidemocráticas.

Os discursos dominantes reforçam o senso comum pela apropriação do léxico construído nas lutas sociais. Um exemplo prático do léxico de uso político encontra-se no termo “movimento” apropriado pelas entidades empresariais para definir as suas ações políticas como representantes oficiais da sociedade civil. Segundo Tarlau e Moeller (2020, p.558),

a escolha da palavra ‘movimento’ é importante, pois evoca a ideia de movimento social, geralmente entendido como um grupo da base da sociedade com pouco poder para protestar ou fazer exigências ao governo através de meios não institucionais.

Uma espécie de mixórdia de terminologias científicas, psicológicas e econômicas formam o léxico ideológico-ético dos representantes do mercado para tratar de educação. O uso do léxico por vezes comum às pautas sociais de reivindicação para a superação das causas históricas e materiais acerca das dores, sofrimentos, injustiças e da desigualdade social não precisam estar escondidas. Podem aparecer abertamente e misturadas a valores empresariais. O movimento de apropriação do léxico das lutas sociais é estrategicamente pensado como instrumento ideológico para o incutimento de uma nova ética, dissimulada.

A semântica usada por instituições empresariais tem a função de convencer a respeito da “lisura moral” e da competência para o exercício da “função social” com caráter benevolente:

fica assim mesmo a impressão de um amistoso compadrio vocabular, como se ONGs e governo formassem um bizarro sistema de vasos comunicantes, pelos quais circula o mesmo léxico dos Direitos, da Cidadania, da Esfera pública, da Sociedade civil etc. (ARANTES, 2004, p.13).

3 CONCLUSÃO

A participação do mercado nas políticas sociais não são fortuitas. Participam de um processo bem elaborado de cooptação do Estado e convencimento social e (por que não?) popular. O alinhamento entre representantes empresariais e Estado caminha na medida direta do fortalecimento dos valores éticos e morais do neoliberalismo na política e na vida social. As habilidades e competências socioemocionais consistem, portanto, em caráter e comportamento ético dos indivíduos, ao mesmo tempo que se resumem aos novos atributos individuais dos trabalhadores explorados pelo capital. No “imprevisível” século XXI, não satisfaz às exigências do capital somente explorar a força muscular do trabalhador - demanda produtiva. Pretende conectar o trabalhador aos valores sociais do mercado - demanda ética. Isso implica em exigir novas qualidades, ou melhor, novas competências: flexibilidade, resiliência, perseverança, assunção de riscos, versatilidade, criatividade, liderança etc.

A análise do neoliberalismo nas suas várias faces - econômicas, educacionais, éticas, políticas - não deve centrar-se no conteúdo, pois este não existe nas afirmações, nas colocações. O conteúdo das manifestações sociais do neoliberalismo está no movimento. As ideias que parece defender em vários campos da vida humana são voláteis, efêmeras e trafegam ao gosto das demandas e preferências do mercado. As organizações são flexíveis nas suas afirmações, se misturam, mesclam-se às terminologias das lutas sociais sem dificuldade, abandonam certas pautas com a mesma facilidade com que apagam suas páginas na web. Repaginam os seus discursos como um produto, ignoram a construção de um alicerce histórico e valorativo sobre o que afirmam e defendem.

Por qual razão parecemos não estar prevenidos contra os discursos neoliberais na educação? Problemas com a formação? Refere-se ao nosso imaginário psicocultural? Indisponibilidade política para o enfrentamento? Ou a atuação do mercado nos valores morais e éticos revestidos de falsa ciência fazem parte de um cálculo certo para atingir corações e mentes?

Palavras-chave: ética; competências e habilidades socioemocionais; políticas educacionais; neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo Eduardo. “Esquerda e Direita no Espelho das Ongs”. In: **Zero à esquerda**.

São Paulo, Conrad Editora do Brasil, 2004 (Coleção Baderna).

BANCO MUNDIAL. 2015. “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2015: Mente, Sociedade e Comportamento”. Overview booklet. Banco Mundial, Washington, D.C. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO. Disponível em: <https://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/Publications/WDR/WDR%202015/OverviewPortuguese.pdf>. Acessado em: 20 de março de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 – Estabelece a Lei do Novo Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 17 fev, 2017.

_____. Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez, 1996.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Curricular Comum. Brasília, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC). “Instituto Ayrton Senna e MEC devem assinar acordo de cooperação.” In: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-04/instituto-ayrton-senna-e-mec-devem-assinar-acordo-de-cooperacao#:~:text=O%20Instituto%20Ayrton%20Senna%20dever%C3%A1,da%20creche%20> Acesso em: 13 de jun. 2024.

GARRISON, M. J. Resurgent behaviorism and the rise of neoliberal schooling. IN: Saltman, Kenneth; Means, A. J. [orgs.]. **The Willey Handbook of Global Educational Reform**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2019.

MAGIOLINO, L.; SILVA, D. N. H. *Capital-trabalho-educação: criatividade, habilidades socioemocionais e (con)formação do sujeito empreendedor de si mesmo*. In: **Psicologia Política**. vol. 22. n.55. pp. 735-749. 2022.

PUERTA, M. L. S.; VALERIO, A.; BERNAL, M. G.. “Definitions: What Are Socioemotional

Skills?”. In: **Taking Stock of Programs to Develop Socioemotional Skills: A Systematic Review of Program Evidence Human Development**. Directions in Development – Human Development. World Bank Group, (2016).

PRONKO, Marcela Alejandra. “MODELAR O COMPORTAMENTO: novas estratégias do Banco Mundial para a educação na periferia do capitalismo”. In: **RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. IV, nº 06, p. 167-180, Jan.-Jun./2019 – ISSN 2526-2319.

SAFATLE, Vladimir. “A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral”. In: **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Editora Autêntica, 2021.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Currículo Paulista**, SEDUC/Undime SP. São Paulo: SEDUC/SP, 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Governo de SP lança prêmio Inspiração 2020 para professores. São Paulo: SEDUC/SP, 2020b. Disponível em . Acesso em: 14 jun. 2024.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. *Currículo sem fronteiras*, v. 20, n. 2, p. 553-603, 2020.